

religião e do juramento feito⁸⁰. No entanto, percebe-se que não lhes pareceu possível outra saída nem outro remédio para reavivarem a esperança de recuperar a *virtù* perdida. O que demonstra plenamente quanta confiança se pode ganhar usando bem a religião. E, embora essa parte talvez devesse ser posta entre as coisas estranhas, foi por estar ligada a uma das ordenações mais importantes da república romana que me pareceu oportuno inseri-la neste lugar, para não dividir este assunto e precisar retornar a ele várias vezes.

16. O povo acostumado a viver sob a autoridade de um príncipe, se por algum acontecimento se torna livre, dificilmente mantém a liberdade⁸¹

① A grande dificuldade que um povo acostumado a viver sob a autoridade de um príncipe enfrenta para conservar a liberdade que por algum acontecimento venha a conquistar – como a conquistada por Roma depois da deposição dos Tarquínios – é demonstrada por infinitos exemplos que podem ser lidos nas memórias das antigas histórias. E tal dificuldade tem razão de ser; porque esse povo não é diferente de um animal bruto que, em bota de natureza feroz e silvestre, tenha sido criado no cativeiro e na servidão, e que depois, ao ser solto em campo aberto, por não estar acostumado a alimentar-se e por não conhecer os lugares onde possa refugiar-se, torna-se presa do primeiro que queira aprisioná-lo de novo.

80. Tito Lívio, X, 41. [N. da R. T.]

81. *Id.*, II, 1-5. [N. da R. T.]

② O mesmo ocorre a um povo, que, acostumado a viver submetido ao governo de outros, por não saber defender-se nem atacar nas lides públicas, por não conhecer os príncipes nem ser por eles conhecido, logo se submete de novo ao jugo, que na maioria das vezes é mais pesado do que o anterior que, pouco antes, ele se arrancara do pescoço: e fica em meio a tais dificuldades, desde que a matéria não esteja corrompida. Porque um povo inteiramente corrompido não pode, nem por breve tempo, viver livre, como abaixo se discorrerá: por isso, o que aqui dizemos refere-se aos povos entre os quais a corrupção não seja muito propagada, sendo ainda maior a parte boa que a podre.

③ A essa dificuldade se soma outra, qual seja, o estado que se torna livre angaria partidários inimigos, e não partidários amigos. Tornam-se partidários inimigos todos os que se prevalecem do estado tirânico, ceivando-se das riquezas do príncipe; esses, desaparecendo a possibilidade do tirarem proveito, não podem viver contentes e são forçados a tentar resgatar a tirania, para recuperarem a autoridade. Não se conquistam, como disse, partidários amigos; porque na vida livre concedem-se honrarias e prêmios por algumas razões honestas e determinadas, afora as quais não se premia nem se honra ninguém; e quando alguém tem as honras e as utilidades que acredita merecer, não confessa obrigações para com quem as concede. Além disso, há uma utilidade comum proveniente da vida livre que ninguém reconhece enquanto a possui, e essa utilidade consiste em poder cada um gozar livremente e sem temor das coisas que tem, em não duvidar da honra das mulheres e dos filhos, em não temer por si mesmo; porque ninguém jamais confessará obrigações para com alguém que não o ofenda.

82. No entanto, como disse acima, o estado livre, nascen-
te, vem a ter partidários inimigos, e não partidários ami-
gos. E, para se remediarem esses inconvenientes e as de-
sordens que as dificuldades acima citadas trariam consi-
deráveis, não existe remédio mais poderoso, mais válido, mais
seguro e mais necessário que matar os filhos de Bruto⁸³.
estes, como mostra a história, só foram induzidos, com
outros jovens romanos, a conjurar contra a pátria porque
com os cônsules não podiam auferir as vantagens ilícitas
[*non si potestono valere straordinariamente*] que auferiam
com os reis; desse modo, a liberdade daquele povo pare-
cia ter-se tornado servidão para eles. E quem se puser a
governar uma multidão, seja por via de liberdade ou por
via de principado, se não se garantir contra os que são
inimigos da nova ordenação, criará um estado de vida
breve [*poca vita*]. Verdade é que considero infelizes os
príncipes que, para assegurarem o seu estado, precisam
valer-se de meios extraordinários, visto terem por inimi-
gos uma multidão: porque quem tem por inimigo os pou-
cos⁸³ consegue segurança com facilidade e sem muitos es-
cândalos; mas quem tem o povo todo [*l'universale*] por
inimigo nunca está seguro; e, quanto mais crueldade usar,
mais fraco se tornará seu principado. De tal sorte que o
maior remédio é procurar angariar a amizade do povo.⁸⁴

83. E ainda que as coisas sobre as quais discorro agora
não estejam em conformidade com o que se encontra aci-
ma, visto que falo aqui de um principado e ali de uma re-

82. A referência é feita aos filhos de Lúcio Júnio Bruto, fundador da re-
pública romana. Seus filhos, que conspiraram a favor do rei Tarquínio, foram
mortos pelo pai (cf. *Discursos*, III, 3). [N. da T.]

83. Cf. *O príncipe*, 18. [N. da R. T.]

84. Cf. *Discursos*, I, 5, e *O príncipe*, 9. [N. da R. T.]

pública, para não precisar retornar a este assunto quero
dizer algumas palavras. O príncipe, portanto, que queira
conquistar um povo que lhe seja inimigo – em se trata-
do dos príncipes que se tenham tornado tiranos em sua
pátria –, deve examinar primeiro o que o povo deseja;
verá então que ele sempre deseja duas coisas: uma é vin-
gar-se dos que lhe acarretam a servidão, e outra é reco-
brar a liberdade. O primeiro desejo pode ser satisfeito no
todo; o segundo, em parte. Quanto ao primeiro, existe um
exemplo apropriado. Quando Clearco, tirano de Hera-
cléia, estava no exílio, ocorreu um conflito entre o povo
e os optimates de Heracéia; estes, sentindo-se em infe-
rioridade, voltaram-se para Clearco e, por meio de uma
conjuracão, o puseram no governo de Heracéia, contra a
disposição do povo, que se viu privado da liberdade. Des-
se modo, Clearco, encontrando-se entre a insolência dos
optimates, que ele não conseguia de modo algum con-
tentar nem corrigir, e a raiva do povo, que não podia su-
portar a perda da liberdade, decidiu de um só golpe li-
brar-se do incômodo causado pelos grandes e angariar a
simpatia do povo. E, assim, aproveitando a ocasião oportu-
na, aniquilou todos os optimates, para extrema satisfa-
çãõ do povo. Por esse meio, satisfez uma das vontades
que os povos têm, ou seja, vingar-se. Mas, quanto ao ou-
tro desejo popular, que é reaver a liberdade, não poden-
do o príncipe satisfazê-lo, deverá examinar quais são as
razões que fazem tais homens desejar a liberdade; e des-
cobrirá que uma pequena parte deles deseja ser livre para
comandar, mas todos os outros, que são infinitos, desejam
a liberdade para viverem com segurança. Porque em to-
das as repúblicas, sejam elas ordenadas como forem, aos
escalões do comando nunca chegam quarenta ou cinquen-

ta cidadãos: e, como esse número é pequeno, é fácil obter segurança, seja eliminando-os, seja tornando-os par-tícipes de honras capazes de contentá-los em boa parte, segundo as suas condições. Os outros, aos quais basta viver em segurança, é fácil satisfazer, criando ordenações e leis que contemplem tanto o poder do príncipe quanto a segurança de todos [universale]. E, sempre que assim se fizer, se o povo vir que, por nenhum acontecimento, tais leis serão violadas, o príncipe em breve começará a viver seguro e contente. Exemplo disso está no reino de França⁸⁵, que vive seguro simplesmente porque seus reis estão vinculados a infinitas leis, nas quais se inclui a segurança de todos os seus povos. E quem ordenou aquele estado desejou que seus reis dispusessem das armas e do dinheiro, mas que de quaisquer outras coisas só se pudessem dispor segundo o que fosse ordenado pelas leis. Portanto, o príncipe ou a república que não se asseguram no princípio de seu estado, deverão obter a segurança na primeira ocasião, como fizeram os romanos. Quem deixar passar a ocasião, se arrependerá tarde demais por não ter feito o que devia⁸⁶.

O povo romano, pois, como ainda não estava corrompido quando recuperou a liberdade, depois de mortos os filhos de Bruto e extintos os Tarquínios, pôde conservá-la com todos aqueles modos e ordenações sobre os quais de outra vez discorreremos. Mas, quando o povo está corrompido, nem em Roma nem alhures se encontram remédios válidos para mantê-la, como mostraremos no capítulo seguinte.

85. Cf. *Discursos*, I, 55, e *O príncipe*, 19. [N. da R. T.]

86. Cf. "Dell'occasione", in *I Capitoli*. [N. da R. T.]

17. Um povo corrompido que se torne livre com enorme dificuldade se mantém livre⁸⁷

Julgo que era necessário que ou os reis desaparecessem em Roma, ou Roma em curtíssimo tempo se tornaria fraca e de nenhum valor; porque, considerando o grau de corrupção a que haviam chegado aqueles reis, a prosseguirem daquele modo por mais duas ou três sucessões, e se a corrupção que neles havia tivesse começado a espalhar-se pelos membros, uma vez que estes também estivessem corrompidos, teria sido impossível reformá-la. Mas, perdida a cabeça quando o busto ainda estava inteiro, os membros puderam facilmente voltar a viver livres e ordenados. E é de pressupor como grande verdade que uma cidade corrompida que viva sob o domínio de um príncipe jamais poderá viver livre depois de morto o príncipe com toda a sua estirpe; aliás, é preciso que um príncipe elimine o outro: e sem criação de um novo senhor ela nunca se aquietará, a não ser que a bondade de um, aliada à *virtù*, a mantenha livre; mas tal liberdade durará tanto quanto durar a vida dele: foi o que ocorreu em Siracusa, de Díon e Timoleonte: em suas diferentes épocas, enquanto eles viveram, sua *virtù* manteve a cidade livre; depois de mortos, porém, voltou-se à antiga tirania. Mas não se vê exemplo mais forte que o de Roma, onde, expulsos os Tarquínios, logo foi possível ganhar e manter a liberdade; mas, morto César, morto Caio Calígula, morto Nero, extintos todos os césares, nunca mais se pôde não só manter como também dar princípio à liberdade. E tanta diversidade de acontecimentos numa

87. Tito Lívio, II, 1-5, e *Discursos*, I, 55. [N. da R. T.]

mesma cidade ocorreu apenas porque, nos tempos dos Tarquínios, o povo romano ainda não estava corrompido, e nos últimos tempos estava extremamente corrompido. Porque antes, para que ele se mantivesse firme e disposto a evitar os reis, bastou fazê-lo jurar que jamais permitiria que alguém reinasse em Roma; e nos outros tempos não bastaram a autoridade e a severidade de Bruto⁸⁸, com todas as legiões orientais, para mantê-lo disposto a conservar a liberdade que, à semelhança do primeiro Bruto, este lhe devolvera. Isso proveio da corrupção que as facções de Mário haviam inculcado no povo; César, que as comandava, pôde cegar a multidão a tal ponto que ela não percebeu o jugo que por si mesma se punha sobre o pescoço.

E, embora esse exemplo de Roma deva ter preferência a qualquer outro exemplo, gostaria de, a propósito, aduzir casos de povos conhecidos em nossos tempos. Digo, portanto, que nenhum acontecimento, por mais grave e violento que fosse, poderia jamais tornar Milão ou Nápoles livres, por estarem seus membros totalmente corrompidos. Viu-se isso depois da morte de Filippo Visconti, pois Milão, desejando ganhar liberdade, não pôde e não soube mantê-la. No entanto, foi grande a sorte de, em Roma, tais reis se terem logo corrompido, sendo por isso expulsos, antes que sua corrupção penetrasse nas entra-lhas da cidade: essa ausência de corrupção foi a razão de os infinitos tumultos ocorridos em Roma não terem prejudicado, mas, ao contrário, favorecido a república, visto que a finalidade dos homens⁸⁹ era boa.

88. Marcos Júnio Bruto, inspirador da conspiração contra César. [N. da T.]

89. Dos plebeus. Cf. *Discursos* I, 5. [N. da R. T.]

E pode-se concluir que, onde a matéria não é corrupta, os tumultos e outros escândalos não causam danos: onde é corrupta, de nada valem leis bem-ordenadas, se estas não forem criadas por alguém que, com extrema força, as faça observar; a tal ponto que a matéria se torne boa. O que não sei se alguma vez ocorreu ou se é possível que ocorra: porque se percebe, como há pouco disse, que uma cidade que entrou em decadência, por corrupção da matéria, se porventura for soerguida, só poderá sê-lo pela *virtù* dum homem que ainda esteja vivo, e não por *virtù* do povo [*dello universale*] a dar sustentação a boas ordenações; e, assim que aquele morre, a cidade retorna a seu antigo hábito: foi o que ocorreu em Tebas, que, enquanto Epaminondas viveu, graças à *virtù* deste conseguiu manter forma de república e de império⁹⁰, mas, depois de sua morte, recaiu nas antigas desordens. A razão disso é que nenhum homem pode ter vida tão longa que dê tempo bastante para acostumar bem uma cidade que por longo tempo foi mal acostumada. E, se alguém que tenha vida longa, ou se uma sucessão de dois príncipes virtuosos não a dispuser a tais bons costumes, com a falta deles, conforme dissemos acima, advém-lhe a ruína, se é que passando por muitos perigos e derrramentos de sangue não renasça. Porque tal corrupção e pouca aptidão à vida livre provém de uma desigualdade existente na cidade, e quem quiser dar-lhe igualdade precisará lançar mão de meios extremos [*gran-*

90. Em vez de "forma de república e de império", Inglêse propõe "forma de república e império" e justifica: "Todos os testemunhos e, portanto, Mazzoni, [transcrevem] *di império*, mas é necessário corrigir, porque Tebas teve (...) *império* (ou seja, 'domínio' sobre os outros gregos) e *forma de república* (constituição republicana); enquanto 'forma de império' não significa nada razoável" (INGLESE, *op. cit.*, p. 229). [N. da R. T.]

dissimi straordinari], o que poucos sabem ou querem fazer; acerca disso falaremos com mais particulares em outro lugar.

18. De que modo, nas cidades corrompidas, se poderia manter um estado livre que já exista ou ordená-lo, caso não exista⁹¹

Não creio que seja inoportuno nem deixe de confortar-se ao assunto de que tratamos acima considerar se numa cidade corrompida é possível manter um estado livre que já exista ou, se não existir, ordenar um. Duas coisas que é muito difícil fazer: e, embora seja quase impossível estabelecer suas regras, por ser necessário agir segundo os graus da corrupção, mesmo assim, visto que me cabe falar de tudo, não quero deixar este assunto para trás. E pressuporei uma cidade extremamente corrompida, a fim de aumentar ainda mais tal dificuldade; porque não há leis nem ordenações bastantes para frear uma corrupção generalizada [*universalis*]. Porque, assim como os bons costumes precisam de leis para manter-se, também as leis, para serem observadas, precisam de bons costumes. Além disso, as ordenações e as leis criadas numa república nascente, quando os homens ainda eram bons, mais tarde deixam de convir, quando eles se tornam malvados. E, embora as leis de uma cidade variem segundo os acontecimentos, as ordenações nunca ou raramente variam: isso faz que as novas leis não bastem, porque as ordenações, que estão firmes, as corrompem.

91. Tito Lívio, II, 1-5. [N. da R. T.]

E, para levar a entender melhor essa parte, direi como, em Roma, era ordenado o governo, ou seja, o estado, e como o eram as leis, que com os magistrados refreavam os cidadãos. A ordenação do estado era a autoridade do povo, do senado, dos tribunos, dos cônsules, o modo de candidatar-se e de eleger magistrados e o modo de fazer leis. Essas ordenações pouco ou nada variaram nos acontecimentos. Variaram as leis que refreavam os cidadãos — tal como a lei dos adúlteros⁹², a lei suntuária⁹³, a lei da amplitude⁹⁴ e muitas outras —, à medida que os cidadãos se iam corrompendo. Mas, mantendo-se as ordenações do estado, que nos tempos de corrupção já não eram boas, tais leis, que se iam renovando, não bastavam para fazer que os homens continuassem sendo bons; no entanto, de muito valeriam se, com a sua inovação, também fossem reformadas as ordenações.

A prova de que tais ordenações, na cidade corrompida, já não eram boas está em dois pontos principais, que são a criação dos magistrados e a das leis. O povo romano só concedia o consulado e os outros cargos superiores da cidade a quem os pleiteava. Essa ordenação, no princípio, foi boa, porque só pleiteavam tais cargos os cidadãos que se consideravam dignos deles, e, sendo ignominiosa a rejeição, para serem considerados dignos, todos obravam bem. Depois, no entanto, na cidade corrompida, esse modo tornou-se perniciosíssimo; porque as magistraturas não eram pleiteadas pelos que tinham mais *virtutē*, e sim pelos que tinham mais poder; e os não-po-

92. *Lex Julia de adulteriis*, promulgada por Augusto (cf. CAPRATA, *op. cit.*, p. 90).

93. Lei contra o luxo (cf. *id.*, *ibid.*).

94. Lei contra a corrupção eleitoral (cf. *id.*, *ibid.*).

LIVRO TERCEIRO

1. Quem quiser que uma seita ou uma república viva por muito tempo, precisará fazê-la voltar frequentemente ao seu princípio

A grande verdade é que todas as coisas do mundo têm seu tempo de vida; mas as que seguem todo o curso que lhes é ordenado pelo céu geralmente são aquelas cujo corpo não se desordena, mas se mantém de modo ordenado, sem alterações, ou, se as houver, com alterações que o tornem mais saudável, e não o danifiquem. E como estou falando de corpos mistos, como as repúblicas e as seitas, digo que são saudáveis as alterações que as levam de volta aos seus princípios. Portanto, são mais bem ordenadas e têm vida mais longa aquelas que, mediante suas ordenações, podem renovar-se muitas vezes, ou que, por algum acontecimento independente de tal ordenação, procedem a tal renovação. E é mais claro que a luz o fato de que, não se renovando, tais corpos não duram.

Para renová-los, como dissemos, é preciso fazê-los voltar aos seus princípios. Porque todos os princípios das seitas, das repúblicas e dos reinos hão de ter em si alguma bondade, pela qual retomem o prestígio e o vigor ini-

ciais. E, como, com o passar do tempo, essa bondade se corrompe, esse corpo haverá de, necessariamente, morrer, se nada ocorrer que o reconduza às condições iniciais [la *riduca al segno*]. E os doutores de medicina dizem, falando dos corpos humanos, “quod quotidie aggregatur aliquid, quod quandoque indiget curatione”¹. Essa recondução ao princípio, em se tratando das repúblicas, pode ocorrer por acontecimento extrínseco ou por prudência intrínseca. Quanto ao primeiro caso, era necessário que Roma fosse tomada pelos franceses, para renascer e, renascendo, ganhar nova vida e nova *virtù*; e também retornar a observância da religião e da justiça, que lá comecavam a macular-se. O que é bem compreensível pela história de Tito Lívio, quando ele mostra que, ao mandar seu exército combater os franceses e ao instituir os tribunos com poder consular, os romanos não observaram nenhuma cerimônia religiosa. Do mesmo modo, não só deixaram de punir os três Fábios, que, “contra jus gentium”², haviam combatido contra os franceses, mas também os elegeram tribunos. E é fácil pressupor que as outras boas constituições, ordenadas por Rômulo e pelos outros príncipes prudentes, começavam a ser menos prezadas do que era razoável e necessário para manter a vida livre. Portanto, ocorreu aquele golpe extrínseco, para que todas as ordenações daquela cidade fossem retomadas, e se mostrasse àquele povo que não só era necessário manter a religião e a justiça, mas também prezar os bons cidadãos e levar mais em conta a *virtù* deles, em vista de suas obras, do que as vantagens pessoais de que parecessem carecer.

1. Que todos os dias se acrescenta alguma coisa que, um dia ou outro, precisará de tratamento. [N. da T.]

2. Cf. *Discursos*, II, 28. [N. da R. T.]

E vê-se que foi exatamente isso o que aconteceu, porque, logo depois da retomada de Roma, foram renovadas todas as ordenações da antiga religião, foram punidos os Fábios que haviam combatido “contra jus gentium”, e logo depois tanto se passou a prezar a *virtù* e a bondade de Camilo que o senado e os outros, pondo de lado a inveja, voltaram a depositar nele todo o peso da república³. É necessário, portanto, como dissemos, que os homens que vivem juntos em qualquer ordenação, se examinem frequentemente, em razão desses acontecimentos extrínsecos ou intrínsecos. Quanto a estes últimos, ou provêm de alguma lei que muitas vezes reveja a conduta dos homens que pertencem àquele corpo, ou de algum homem bom que surja entre eles e que, com seus exemplos e suas obras virtuosas, produza o mesmo efeito de uma ordenação.

Portanto, esse bem surge nas repúblicas por *virtù* de um homem ou por *virtù* de uma ordenação. Quanto a esta última, as ordenações que fizeram a república romana voltar aos seus princípios foram os tribunos da plebe, os censores e todas as outras leis contra a ambição e a insolência dos homens. Ordenações que precisam ganhar vida graças à *virtù* de um cidadão que, corajosamente, faça de tudo para pô-las em prática, contrariando o poder daqueles que as transgridem. E, antes da tomada de Roma pelos franceses, foram notáveis, como execuções⁴, a morte dos filhos de Bruto, a morte dos dez cidadãos, a morte do frumentário Mélio; depois da tomada de Roma, a morte de Mânlio Capitolino, a do filho de Mânlio Torquato, a execução imposta por Papírio Cursor a Fábio, seu mestre de cavalaria, a acusação dos Cipiões. Eram coisas extraor-

3. Tito Lívio, V, 50-1. [N. da R. T.]

4. Aplicações da lei. [N. da R. T.]

dinárias e notáveis, que, sempre que ocorriam, faziam os homens retornar às condições iniciais [segno], mas, quando elas começaram a ser mais raras, começaram também a dar mais ensejo à corrupção dos homens, e a imposição das leis começou a ocorrer em meio a maiores perigos e tumultos. Porque, entre uma e outra das execuções de que falamos acima, deveriam passar-se, no máximo, dez anos, pois, passado esse tempo, os homens começam a mudar os costumes e a transgredir as leis; e, se nada surgir que lhes traga a punição à memória e renove o medo em seus espíritos, logo se acumularão tantos delinquentes, que já não será possível puni-los sem perigo. A propósito, os homens que governaram o estado de Florença de 1434 até 1494⁵ diziam que seria necessário retomar o estado a cada cinco anos, caso contrário, seria difícil mantê-lo: e por retomar o estado entendiam disseminar entre os homens o terror e o medo que haviam disseminado ao tomá-lo, quando abateram todos os que, segundo aquele modo de vida, se haviam conduzido mal⁶. Mas, quando a lembrança de tais danos se apaga, os homens passam a ter a ousadia de tentar coisas novas e de falar mal do governo; por isso, é necessário acautelá-los, realizando um retorno aos princípios. Esse retorno das repúblicas aos seus princípios também pode decorrer simplesmente da *virtù* de um homem, sem depender de nenhuma lei que incite a execuções; no entanto têm eles tal reputação e é tão alto o seu exemplo que os homens bons desejam imitá-los e os maus se envergonham de viver de modo contrário ao dele. Os homens que, em Roma, particularmente, produziram tais bons efeitos foram Horácio Cocles, Cévola, Fa-

5. Os Medici. [N. da R. T.]

6. De acordo com a perspectiva do regime dos Medici. [N. da R. T.]

brício, os dois Décios, Régulo Afílio e alguns outros que, com exemplos raros e virtuosos, produziam em Roma quase o mesmo efeito que produzem as leis e as ordenações. E, se as execuções acima citadas, aliadas a esses exemplos particulares, ocorressem pelo menos a cada dez anos naquela cidade, ela, necessariamente, nunca se teria corrompido: mas, como essas duas coisas começaram a rarear, também começaram a multiplicar-se as corrupções. Portanto, depois de Marcos Régulo, não mais se viu exemplo semelhante: e, embora tivessem surgido os dois Catões, foi tão grande a distância entre estes e aqueles e entre um e outro destes últimos, e ficaram eles tão sós, que com seus bons exemplos não podiam fazer boa obra; sobretudo o último Catão, que, encontrando grande parte da cidade corrompida, não conseguiu melhorar os cidadãos com seu exemplo. E isto basta quanto às repúblicas.

Quanto às seitas, percebe-se que essas renovações também são necessárias pelo exemplo da nossa religião, que, se não fosse levada de volta ao seu princípio por São Francisco e São Domingos, já se teria extinguido. Portanto, que eles, com a pobreza e com o exemplo da vida de Cristo, levaram-na de volta à mente dos homens, onde já estava extinta: e é por serem tão fortes as suas novas ordenações que a desonestidade dos prelados e dos pontífices religiosos não a arruinam; vivem ainda na pobreza e têm muito crédito nas confissões dos povos e nas pregações, dando a entender que é mau falar mal do mal e que é bom viver sob a obediência deles, e, se aqueles cometem erros, que Deus os castigue: e assim aqueles fazem o pior que podem, porque não temem a punição que não vêem e na qual não acreditam. Portanto, tal renovação manteve e mantém essa religião.

Também os reinos precisam renovar-se e reconduzir suas leis aos seus princípios. E vê-se o bom efeito que isso faz ao reino de França, que vive sob as leis e sob as ordenações mais que nenhum outro reino. E os mantenedores de tais leis e ordenações são os parlamentos⁷, sobretudo o de Paris, que dá nova vida às leis sempre que executa algo contra algum príncipe do reino e quando condena o rei em suas sentenças. E, até agora, tal reino se manteve por ter sido um obstinado executor contra aquela nobreza: mas, se porventura deixasse alguém sem punição, e se os transgressores viessem a multiplicar-se, sem dúvida seria necessário corrigir a situação com grande desordem, ou então aquele reino se dissolveria.

Conclui-se, portanto, que não há coisa mais necessária à vida comum, seja em seitas, reinos ou repúblicas, do que devolver-lhe a reputação que tinha no início, bem como cuidar que a tal efeito se chegue por meio de boas ordenações ou bons homens, e não por alguma força ex-trínseca. Porque, embora às vezes esta seja um ótimo remédio, como o foi para Roma, é tão perigosa que não se deve, de modo algum, desejá-la. E, para demonstrar como as ações dos homens, individualmente, engrandeceram Roma e produziram naquela cidade muitos bons efeitos, passarei à narração e à consideração desses fatos, com o que se concluirá este terceiro livro e a última parte desta primeira Década. E, embora as ações dos reis fossem grandiosas e notáveis, não cuidarei delas, uma vez que a história as narra profusamente; não falarei delas de nenhum outro modo, a não ser nas coisas pertencentes à

7. Os parlamentos franceses acumulavam funções legislativas, políticas e judiciárias (cf. CAPATA, *op. cit.*, p. 202).

sua vida pessoal; e começarei por Bruto, pai da liberdade romana.

2. De quanta sabedoria há em simular loucura na hora certa⁸

Nunca ninguém foi considerado tão prudente e sábio por alguma obra insigne que tenha realizado quanto o merece ser Júnio Bruto na sua simulação da estultícia. E ainda que Tito Lívio só fale de uma razão que o induzia a tal simulação, qual seja, a de poder viver e manter seu patrimônio com mais segurança, em vista do seu modo de proceder é de crer que simulava também para ser menos observado e ter mais facilidade de combater os reis e libertar sua pátria, tão logo lhe fosse dada a ocasião. E prova de que já pensava nisso tem-se, primeiramente, quando, ao interpretar o oráculo de Apolo, fingiu cair para beijar a terra⁹, considerando que assim os deuses seriam favoráveis aos seus pensamentos; e depois, quando, diante do cadáver de Lucrecia¹⁰, entre o pai, o

8. Tito Lívio, I, 56-9. [N. da R. T.]

9. Tarquínio enviou ao oráculo de Delfos seus dois filhos, Tito e Arrunte; a estes se uniu Lúcio Júnio Bruto, filho de Tarquínia, irmã do rei. Depois de terem lá cumprido as incumbências dadas pelo pai, os jovens quiseram perguntar qual dos dois ocuparia o trono romano. Conta-se que, do fundo do santuário, uma voz disse: "Terá o supremo império de Roma o primeiro de vós, ó jovens, que beijar sua mãe." Os Tarquínios combinaram guardar segredo disso, para que seu irmão Sexto, que permanecera em Roma, não soubesse dessa resposta, ficando, portanto, excluído da sucessão. Mas Bruto, considerando que as palavras do oráculo deviam ter outro significado, deixou-se cair ao chão, como por acidente, e beijou a terra, mãe comum de todos os mortais. [N. da T.]

10. Lucrecia matou-se depois de ter sido violentada por Sexto Tarquínio. [N. da T.]

marido e outros parentes dela, ele foi o primeiro a retirar a faca do ferimento, arrancando dos presentes o juramento de que nunca tolerariam que, no futuro, alguém reinasse em Roma. Com o exemplo dele devem aprender todos os que estão descontentes com um príncipe: e devem antes medir e pesar suas forças, e, se forem tão poderosos que possam pôr a descoberto os seus inimigos e travar contra eles guerra aberta, deverão tomar esse caminho como o menos perigoso e mais honroso. Mas, se para essa guerra aberta não bastarem suas forças, deverão com grande habilidade procurar torná-los seus amigos e, para esse efeito, entrar por todos os caminhos que considerem necessários, atendendo aos seus desejos e desfrutando prazeres em todas as coisas com as quais aqueles se deleitam. Essa familiaridade te permitirá, em primeiro lugar, viver em segurança e, sem correr nenhum perigo, gozar ao lado daquele príncipe a boa fortuna, dando-te todas as condições de satisfazer às tuas intenções. É verdade que alguns dizem que não devemos ficar tão próximos dos príncipes que a ruína deles nos atinja, nem tão distantes que, arruinando-se ele, não tenhamos tempo de elevar-nos sobre as suas ruínas: nisto, o caminho do meio seria o melhor, desde que pudesse ser seguido; mas, como o creio impossível, é preciso adotar as duas condutas acima, ou seja, ou afastar-se totalmente, ou aproximar-se muito deles. Quem se conduzir de outro modo, se for homem notável, viverá em constante perigo. E não basta dizer: "Não faço caso de nada, não desejo honras nem proveitos, só quero viver tranquilamente e sem brigas!", porque essas desculpas são ouvidas, mas não aceitas: e os homens de qualidade não podem escolher a quietude, ainda que a escolhessem realmente e sem ambição, porque não serão acreditados; assim, ainda que queiram estar quietos, não serão deixa-

dos quietos pelos outros. Convém, portanto, fazer-se de louco, como Bruto; e faz-se bem de louco quem louva, fala, vê e faz coisas contra o seu ânimo, para agradar ao príncipe. E, visto que falamos da prudência desse homem para recuperar a liberdade a Roma, falaremos agora da sua severidade para mantê-la.

3. De como é necessário matar os filhos de Bruto, para manter a liberdade que se acaba de conquistar¹¹

Foi tão necessária quanto útil a severidade de Bruto para manter em Roma a liberdade que ele acabava de conquistar, o que é exemplo raro em todas as memórias das coisas¹²: ver o pai tomar assento nos tribunais e não só condenar os filhos à morte, mas também presenciar a sua morte. E quem ler as histórias antigas sempre saberá que, depois de uma mudança de estado, seja de república para tirania, seja de tirania para república, é necessária uma execução memorável contra os inimigos das condições presentes. E quem criar uma tirania e não matar Bruto, ou quem criar um estado livre e não matar os filhos de Bruto, mantêm-se por pouco tempo. E, visto que acima discorremos sobre isso amplamente, remeto aqui o que então disse, e só aduzirei aqui um exemplo, memorável em nossos dias e na nossa pátria. É o exemplo de Piero Soderini¹³, que acreditava poder vencer com

11. Tito Lívio, II, 3-5. [N. da R. T.]

12. Nas histórias. [N. da R. T.]

13. Piero di Tommaso Soderini (1452-1522) foi eleito gonfaloneiro vitalício em 1502. Seus principais inimigos eram os amigos dos banidos Medici, os que não gostavam de sua insistência em que a França continuasse sendo aliada de

paciência e bondade o grande desejo que nos filhos de Bruto havia de retornar ao outro governo, e enganou-se. E, ainda que, com sua prudência, soubesse dessa necessidade, e a sorte e a ambição dos que o combatiam lhe dessem ocasião de eliminá-los, mesmo assim nunca teve a intenção de fazê-lo. Porque, além de acreditar que, com paciência e bondade, dissiparia os humores malignos e que, dando prêmios a alguns, poderia eliminar inimizades, julgava (e muitas vezes deu disso fé a amigos) que, para enfrentar com valentia os que se lhe opunham e vencer os seus adversários, ele precisaria assumir autoridade extraordinária e destruir, junto com as leis, a igualdade civil, coisas que, mesmo não sendo depois por ele usadas tiranicamente, teriam assustado tanto a população [*l'universale*], que esta, após sua morte, nunca mais concordaria em reeleger um gonfaloneiro vitalício, ordenação essa que ele considerava digna de ser fortalecida e mantida. Tal respeito era sábio e bom: no entanto, nunca se deve deixar que um mal progrida em relação a um bem, quando esse bem puder ser facilmente sobrepujado por tal mal. Ele deveria saber que quem julgasse suas obras e suas intenções pelos seus fins – desde que a fortuna e a vida ficassem a seu lado – poderia certificar que tudo o que ele fizera fora feito pela salvação da pátria, e não por ambição pessoal; e poderia regular as coisas de tal modo que um sucessor seu não pudesse fazer por mal aquilo que ele tivesse feito por bem. Mas enganou-o sua primeira opinião, por não saber que a maldade não é do-

Florença e os que tinham nutrido a esperança de que ele voltasse a concentrar o poder numa oligarquia. Desse modo, foi o principal alvo do exército espanhol e papal que, em 1512, depois da retirada da França da Itália, apoiou aqueles que exigiam a volta dos Medici e a sua demissão. Diante das pressões, ele concordou em demitir-se e saiu da cidade para o exílio, que durou até sua morte. [N. da T.]

mada pelo tempo nem aplacada por nenhuma dádiva. Tanto que, por não saber assemelhar-se a Bruto, perdeu, além da pátria, o estado e a reputação. E, assim como é difícil salvar um estado livre, também é difícil salvar um régio, conforme se mostrará no próximo capítulo.

4. Não viverá seguro o príncipe em um principado, enquanto continuarem vivos aqueles que dele foram espoliados¹⁴

A morte de Tarquínio Prisco¹⁵, por obra dos filhos de Anco, e a morte de Sêrvio Túlio¹⁶, por obra de Tarquínio Soberbo¹⁷, mostram como é difícil e perigoso espoliar al-

14. Tito Lívio, I, 40-8. [N. da T.]

15. Com a morte de Anco, Tarquínio Prisco, que era tutor dos filhos daquele, insistiu para que fossem convocados o quanto antes os comícios para a designação de um monarca. Pouco antes da reunião, afastou de Roma os jovens filhos do rei morto e foi o primeiro a reivindicar abertamente o trono, pronunciando um discurso destinado a granjear a boa vontade do povo. E este confiou-lhe o trono por unanimidade. [N. da T.]

16. Tarquínio estava mortalmente ferido, mas ainda não tinha expirado, quando Sêrvio Túlio assumiu o poder, por designação da mulher de Tarquínio. Mantendo oculta a morte de Tarquínio por vários dias, foi consolidando seu próprio poder. Quando a verdade foi divulgada, em meio às lamentações que enchiam o palácio, Sêrvio, protegido por guarda bem armada, apoderou-se do trono por meio de um conselho de senadores e sem eleição popular, o que nunca acontecera antes. Os filhos de Anco, causadores da morte de Tarquínio, exilaram-se voluntariamente. [N. da T.]

17. Sêrvio Túlio casou suas duas filhas com os filhos de Tarquínio, Lúcio e Arrunte. Lúcio, porém, não se conformava e dizia que Sêrvio Túlio ocupava um trono que deveria ser seu, ainda que o povo tivesse confirmado Sêrvio no poder. Sua hostilidade contra Sêrvio crescia a cada dia. Tarquínio começou a frequentar senadores, dando presentes e sempre fazendo acusações contra o rei. Um dia irrompeu no fórum rodeado de um bando e ocupou a cadeira curul no senado, que era reservada ao monarca, mandando convocar os senadores. Todos foram para lá, e enquanto Tarquínio proferia insultos